

39º Encontro Anual da Anpocs

GT34 - Sobre periferias: novos conflitos no espaço público

**Por uma etnografia das transversalidades urbanas:  
entre o mundão e os dispositivos de controle**

Fabio Mallart  
Taniele Rui

Ao longo dos últimos dez anos temos circulado por distintos territórios urbanos da cidade de São Paulo, entre os quais, espaços de internação para adolescentes que cometeram os chamados atos infracionais, unidades prisionais do sistema carcerário, comunidades terapêuticas destinadas ao “tratamento religioso” de dependentes químicos, centros de atenção psicossocial especializados em álcool e drogas (CAPSad), albergues, hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, periferias, favelas, espaços de consumo de drogas nas ruas e regiões como a chamada cracolândia paulistana. Dessas experiências etnográficas – que são também experiências urbanas (Telles, 2013) – advém a presente tentativa de propor uma agenda de pesquisa e de situar, de modo bastante preliminar, um campo comum de indagações, desafios e inquietações que atravessa nossos estudos<sup>1</sup>.

Explicamos. Ao partilhar algumas questões de nossas recentes experiências de pesquisa, nos demos conta das ressonâncias e das transversalidades que atravessam e aproximam, como que costurando, esses distintos territórios urbanos: era possível, por exemplo, vislumbrar as *quebradas* nas cadeias, assim como as cadeias nas *quebradas*; as cadeias nas unidades de medida socioeducativa de internação da Fundação CASA, a comunidade terapêutica nos albergues, a prisão na cracolândia, a “rua” nos Centros de Detenção Provisória (CDPs), a cracolândia nos hospitais de custódia. Esse imbricamento foi tão recorrente que uma reflexão sobre ele nos pareceu, mais do que nunca, necessária.

Mas, desde logo, é preciso ressaltar que não se trata apenas de reafirmar o que já foi dito – e muito bem dito, aliás – por uma série de pesquisadores que demonstraram a potencialidade de se pensar os bairros periféricos em continuidade analítica com as prisões, ou os albergues com as ruas, haja vista que, no cenário contemporâneo, as fronteiras entre o dentro e o fora estão cada vez mais borradas (Cunha, 2002; Godoi, 2010; Telles, 2010; Biondi, 2010; De Lucca, 2013). Trata-se, como pretendemos propor, de ampliar o escopo analítico e o fôlego etnográfico de nossas pesquisas, atentando para o fato de que parece haver, na atualidade, linhas de força que conectam TODOS esses territórios urbanos, e não apenas os mais evidentes.

Nosso argumento mais geral é o de que estes distintos territórios podem e devem ser conectados analítica e empiricamente, precisamente porque são esses os espaços onde

---

<sup>1</sup> Parte das reflexões que serão apresentadas ao longo deste trabalho estão sendo desenvolvidas no âmbito do Projeto Temático Fapesp 2014-2018: A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea: a experiência paulista, sob coordenação da Profa. Vera da Silva Telles (Departamento de Sociologia, USP). Fábio Mallart é Mestre em Antropologia pela USP e Doutorando em Sociologia pela mesma universidade (bolsista Fapesp). É integrante do Núcleo de Etnografias Urbanas (Cebrap). Taniele Rui é Doutora em Antropologia pela Unicamp. Pesquisadora Pós-doutoranda do Núcleo de Etnografias Urbanas (Cebrap).

se realiza, por excelência, a gestão populacional dos “marginais” e nos quais, da perspectiva estatal, as lógicas da punição, repressão e controle se combinam, não na mesma intensidade – é claro, às preocupações de assistência, saúde e cuidado.

Portanto, de partida, é preciso salientar que nosso interesse se concentra nos vários e múltiplos espaços urbanos (todos eles também móveis ao longo do tempo), em que vivem e sobrevivem aqueles homens e mulheres minúsculos com suas “histórias infames” (Foucault, 2003). Aqueles que, na linguagem dos operadores estatais da assistência e saúde, *não aderem às políticas*, escorregam pelas frestas das ações governamentais, são desprezados pelo “crime”, especialmente por facções como o PCC, e constroem as suas trajetórias de vida no entra e sai de instituições de controle (como, por exemplo, as prisões) e de assistência (como, por exemplo, os albergues). Infames, transitam inclusive por espaços subterrâneos das próprias instituições de controle, como os *seguros* das prisões, ou que foram expulsos de suas *quebradas* por criminosos locais, ou mesmo que habitam as “cracolândias” *dos coisa*; em suma, aqueles cujas existências deixam apenas rastros, em virtude mesmo de acionarem várias políticas, equipamentos, discursos, saberes e poderes...Eles não são mais, nem menos, do que aquilo que quer abatê-los, controlá-los, marcá-los, mas também cuidá-los e discipliná-los.

Interessa-nos perseguir a vida desses seres e dos espaços urbanos pelos quais eles transitam, pois é sobre ambos que, afirmamos, nota-se a operação e a reposição de uma série de dispositivos de gestão da ordem e do cuidado, que combinam políticas estatais e também as políticas criminais – o que, da nossa perspectiva, advém especialmente do processo de encarceramento em massa, e sobretudo do encarceramento provisório, como opção política estadual para a área da segurança pública.

Essas proposições mais gerais serão melhor apresentadas a partir das cenas que seguem. Nesse exercício, apostamos na potencialidade de apreender relacionalmente esses múltiplos espaços urbanos, destacando as ressonâncias e as transversalidades que os atravessam, e que são o produto desses dispositivos de gestão da ordem e do cuidado pelos quais circulam sujeitos específicos. Atentos ao fluxo e à circulação, apostamos, em suma, em uma etnografia dessas transversalidades urbanas.

1. Valéria chegou à Fundação CASA aos 14 anos, acusada de roubo. Até os 17, entrou e saiu da instituição por três vezes, circulando entre as unidades de

internação, as ruas do centro de São Paulo, os serviços destinados ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua (como o Quixote) e a casa do pai, localizada em São Miguel Paulista, zona leste de São Paulo. Do período de internação na Fundação CASA, à época antiga FEBEM, tem até boas lembranças, pois diz que foi onde aprendeu a ler. Aos 19 anos, grávida de cinco meses, *pegou cadeia* pela primeira vez. Teve o pequeno Luan no presídio e mantém com o menino uma ligação intensa, *de um tempo de muito sofrimento*. Na saída às ruas, nova gravidez. O pequeno Thales nasceu quando a jovem morava em uma das ocupações do centro de São Paulo, que lhe havia sido indicada por uma amiga de dentro da prisão. Prostituído-se e traficando para consumir crack, Valéria logo foi parar na região conhecida como cracolândia, deixando seus filhos com uma senhora, conhecida da ocupação. Durante um ano foi beneficiária do programa De Braços Abertos, da Prefeitura de São Paulo, mas foi presa novamente em novembro de 2014, acusada de roubo nos arredores da Estação da Luz. Em março de 2015, estava de volta ao *fluxo*, cena de uso e comércio de crack. Seu corpo, com alguns quilos a mais, provavelmente decorrentes de sua estadia forçada no Centro de Detenção Provisória de Franco da Rocha, voltou revigorado às ruas.

2. Vinícius está no *fluxo*. Sentado ao lado de sua esposa, ambos preparam os seus cachimbos cuidadosamente. As suas mãos, cheias de graxa, ajudam-nos a entender a grande quantidade de bicicletas em sua barraca. É trabalhando como cicleteiro que nosso interlocutor consegue “levantar” uma pequena quantia em dinheiro para manter a ele e a sua esposa, que pinta “as bike” com presteza. Juntos, eles dizem “quebrar as pernas” de todos os cicleteiros da região, que não conseguem competir com o baixo preço da mão-de-obra. A trajetória de Vinícius caracteriza-se pelas entradas e saídas do sistema penitenciário. Na última década, acumulou três passagens por Centros de Detenção Provisória, relacionadas a tráfico de drogas e assaltos: *todas elas de pouco tempo, tipo um mês, três meses, cinco meses*. Ao narrar as suas passagens pelo sistema enfatiza: *Olha, eu vou falar a verdade pra vocês, pra mim, estar na cadeia é tipo tirar um lazer. Eu tomava banho todo dia, me alimentava, dormia, da última vez engordei quatro quilos*. Na cadeia, ao invés do consumo de crack, usava cocaína. Recentemente, foi informado de que a prefeitura estuda oferecer um quarto de hotel para ele e para

sua mulher e empregá-los para o conserto de bicicletas do banco Itaú, que se proliferam pela cidade. A poucos metros dali, em um hotel então credenciado pelo Programa De Braços Abertos, o porteiro nos conta que tem dificuldades para lidar com a indisciplina dos beneficiários. Em algumas situações, a única saída para resolver os conflitos é acionar o *disciplina*, que cuida do *proceder* local. Este mesmo hotel é alvo de uma transação mercantil em que um *irmão* da Favela do Moinho é o potencial comprador. No mesmo espaço, um assistente social que ali realiza um trabalho diário analisa: *parece estranho o que eu vou falar, mas para mim se dá melhor no programa [De Braços Abertos] quem já passou pela cadeia, pois quem já passou entende a importância de cuidar do quarto e de manter a disciplina; quem só ficou na rua não entende essa etiqueta.*

3. Maio de 2006. Os momentos que antecedem a rebelião são tensos. No interior das muralhas da unidade de internação 29 da Fundação CASA, os líderes estão reunidos. Os lençóis adquirem outro significado: transformam-se em bandeiras que estampam os ideais do PCC. As naifas, facas artesanais elaboradas com barras de ferro, são *desentocadas*. Pedro, um dos *faxineiros* da unidade – assim como todos os outros *disciplinas* – está ansioso. Nesse contexto, os celulares são ferramentas essenciais, na medida em que possibilitam o contato com integrantes do PCC, tanto com aqueles que se encontram espalhados pelo sistema prisional, como com aqueles que estão do lado de fora das muralhas, em *quebradas* controladas pelo *Partido*. Em poucos segundos, as lideranças recebem a ligação, vinda de um *irmão*, situado em uma favela de Jundiaí. Este, por sua vez, encontra-se conectado com outros *irmãos*, de outras *quebradas* e de outras cadeias. O motim começa, a fumaça dos colchões ganha o céu de Franco da Rocha. Unidades de internação, cadeias e *quebradas* estão na mesma sintonia.
4. Aos 14 anos de idade, Júlia teve a sua primeira experiência institucional, sendo internada em uma clínica de reabilitação *porque usava muita droga*. Nos anos seguintes, circula entre as clínicas de reabilitação e, posteriormente, após completar 18 anos de idade, dá início à sua trajetória prisional, sempre em decorrência de seus pequenos furtos e assaltos, os quais a jovem justifica para sustentar o vício em crack. Entre as entradas e as saídas do sistema carcerário, o

consumo de crack era algo rotineiro, sempre no local que ela mesma define como *a cracolândia de Campinas*. Em uma de suas passagens por uma cadeia do PCC, um Centro de Detenção Provisória Feminino, cometeu um ato indevido: numa tentativa desesperada de suicidar-se, retalhou os seus dois braços em pleno dia de visita. Foi essa atitude que a impossibilitou de retornar ao *convívio*, sendo enviada ao *seguro*, de onde só saiu para cumprir medida de segurança em um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

5. É dia de audiência na Vara da Infância e Juventude de Campinas e Diego, um menino que vivia nas ruas da cidade, mas que estava há quinze dias numa Unidade de Atendimento Inicial da Fundação CASA, receberá a sentença sobre a acusação de tráfico que lhe pesa. A estratégia da defensoria é levar o juiz a perceber que se trata de um “usuário”, não de um “traficante”. Quando confirma que é consumidor de maconha, ao invés de ser direcionado à unidade de internação ou às medidas socioeducativas, Diego é orientado ao “tratamento da dependência” em uma comunidade terapêutica da cidade. Assim que chega à CT, o menino passa por um processo de triagem e acolhimento onde lhe são informadas as regras e normas da instituição, as quais terá que seguir por no mínimo nove meses. Visivelmente desconfortável, ele afirma: *não quero ficar aqui, é igual à Fundação CASA*.
6. Na Cristolândia, um serviço batista de conversão dos usuários de crack, um missionário explica o funcionamento do programa de tratamento: *é assim, você fica a primeira parte do tratamento em uma casa, de regime fechado, depois vai pra outra casa, que funciona como o semiaberto. A lógica é que nem a de ficar preso mesmo, daí vai progredindo conforme o tempo*. Algo semelhante se observa quando o CAPSad (álcool e outras drogas) vem sendo indicado pelos juízes como uma espécie de “progressão de pena” para pacientes dos hospitais de custódia ou mesmo quando as medidas socioeducativas em meio aberto são utilizadas por juízes das Varas de Execução da Infância e Juventude como “progressão de regime” para os adolescentes que se encontram nas unidades de internação.

Estão descritas nessas seis cenas etnográficas trajetórias pessoais construídas por meio dos trânsitos incessantes entre rua, *quebradas*, diversas instituições de assistência e de controle. Estão descritas também conexões discursivas, práticas e arquitetônicas entre unidades de encarceramento para adolescentes e adultos, entre dispositivos de controle e de tratamento, entre os serviços de repressão e de atenção. Como se nota, unidades de internação da Fundação CASA, cracolândias, periferias de São Paulo ou de Campinas, comunidades terapêuticas, prisões, hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, serviços de assistência e serviços de conversão: uma espécie de roteiro lógico pelo qual circulam, quão fios condutores, pessoas como Valéria, Vinícius, Julia e Diego. Previsíveis e ininterruptos trânsitos que nos interessa perscrutar.

De partida, o primeiro ponto: a experiência prisional constitui boa parte das trajetórias aqui anunciadas. O aumento vertiginoso da população carcerária do estado de São Paulo há pelo menos duas décadas, em compasso com a proliferação de unidades prisionais por todo o estado, sobretudo pelo interior paulista – o que se convencionou chamar de encarceramento em massa – é uma das evidências, incontornáveis, da reconfiguração que perpassa as atuais formas de controle do crime. Apenas para se ter uma ideia, em 1994, havia 43 unidades prisionais em São Paulo, abrigando cerca de 32.000 presos. Em 1999, a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) já contava com 64 unidades para cerca de 47.000 detentos (SALLA, 2007). Em 2006, ao final da gestão Alckmin, tais cifras se multiplicam a uma velocidade inimaginável. A estrutura penitenciária passa a abrigar mais de 130.000 presos, distribuídos em 144 unidades prisionais. Dados recentes evidenciam que a expansão do sistema carcerário paulista está longe do fim. No início de 2014, São Paulo já contava com uma população de mais de 200.000 presos, distribuídos em 160 unidades prisionais<sup>2</sup>.

Esse processo de opção pelo encarceramento massivo como resposta política para a questão da segurança pública – traço local de um processo global – entre outras reflexões, nos remete à função social que a prisão ocupa no cenário contemporâneo de controle do crime. Autores como Garland (2008) e Bauman (1999), além de sugerirem o abandono do ideal de reabilitação como objetivo central das instituições penais, salientam que a prisão opera como um dispositivo de neutralização e incapacitação de

---

<sup>2</sup> Informações retiradas do sítio eletrônico da SAP: <http://www.sap.sp.gov.br/> e de uma nota pública emitida pela Pastoral Carcerária sobre a atual situação do sistema penitenciário paulista, que pode ser acessada em: <http://carceraria.org.br/pastoral-carceraria-divulga-nota-publica-sobre-sistema-prisional-paulista.html>.

amplios contingentes populacionais marginalizados. Nessa chave, a prisão aparece como uma instituição de confinamento, que teria por função manter os indesejáveis e perigosos, por considerável período de tempo, longe da sociedade. Contudo, o que nossas pesquisas têm apontado é o fato de que a prisão não deve ser lida apenas dessa perspectiva. Se há aqueles que permanecem anos e anos trancafiados atrás das grades e que podem nesse processo “se profissionalizar no crime”, há outros, os que aqui nos interessam, que entram e saem, entram e saem, num movimento incessante e frenético entre o dentro e o fora das muralhas, movimento, aliás, muito bem definido por um de nossos interlocutores como *ping-pong*. Nesse sentido, e é essa a perspectiva analítica que adotamos, trata-se de apreender a prisão – sobretudo a prisão provisória – como um dispositivo de circulação, indutor de múltiplas velocidades e ritmos variados<sup>3</sup>, no limite, também como um mecanismo de produção e de recomposição corpórea.

Sujeitos como Vinícius entraram e saíram por diversas vezes dos Centros de Detenção Provisória (CDP's), espaços institucionais onde permanecem os presos e as presas que ainda não foram julgados<sup>4</sup>. Ainda que haja muitos casos de presos que passam anos aguardando o julgamento e que, em algumas ocasiões, quando condenados, já cumpriram as suas penas. Ainda também que existam detentos que após a condenação recebem penas alternativas e, portanto, não privativas de liberdade, o que aponta para uma evidente incoerência processual penal (ITTC; Pastoral Carcerária, 2012), o que nos interessa, no âmbito desta proposta de trabalho, é apontar para o fluxo incessante e frenético de pessoas entre as muralhas e o mundão. Instigam-nos as múltiplas passagens – rápidas e velozes – de um, três, cinco, sete meses que, entre outros efeitos, devolvem corpos revigorados às ruas e à chamada *cracolândia*, como no caso de Vinícius e Valéria, ambos inseridos numa rotina de disciplinamento do corpo e da higiene, e impossibilitados de consumir crack dentro da prisão, haja vista que se tratava de unidades

---

<sup>3</sup> O trabalho de Rafael Godói (2015, p.19) é iluminador ao propor alguns deslocamentos nas formas de se compreender as prisões, entre os quais, o fato de que a prisão, em sua figuração atual, não deve ser compreendida apenas como uma instituição de confinamento, mas também “como um espaço poroso no interior de um dispositivo de governo, como uma tecnologia (entre outras) de gestão de populações, de agenciamento e regulação de fluxos (de pessoas, objetos e informações), de condução de condutas, de produção e administração de determinadas formas de vida”.

<sup>4</sup> Alguns presos provisórios, em número reduzido, ainda permanecem em carceragens de delegacias, sob custódia da Secretaria de Segurança Pública (SSP). Atualmente, segundo informações da SAP, existem 41 CDP's no estado de São Paulo. Tais unidades são as mais superlotadas e, segundo os presos, as que possuem as piores condições de existência, haja vista que a alimentação é horrível e que não há trabalho.



prisionais que operam a partir de princípios e políticas do Primeiro Comando da Capital<sup>5</sup>. Nesse ponto, aproximamo-nos mais de algumas contribuições trazidas da perspectiva analítica de Michel Foucault que, em *Vigiar e Punir* (2009 [1987]) e *Microfísica do Poder* (1990 [1979]), nos ensina a não tomar a prisão, e os sistemas punitivos de modo geral, apenas em seus efeitos repressivos – isto é, “só em seu aspecto de sanção” (Foucault, 1987, p.23) – e nem o poder como relação meramente negativa, afinal, as produtividades e as positivities devem ser levadas em conta, por mais que, à primeira vista, pareçam laterais. Como sintetiza o autor, “a prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes são úteis tanto no domínio econômico como no político. Os delinquentes servem para alguma coisa” (Foucault, 1979, p.132).

No que tange ao fluxo incessante de corpos entre as muralhas e o mundão, um caso emblemático dessa circulação frenética merece destaque: em 25 de fevereiro de 2010, em uma operação da Polícia Civil na chamada cracolândia paulistana, cerca de 200 pessoas que estavam no local, em sua maioria usuários de crack, foram abordadas. Ao todo, 32 indivíduos foram indiciados sob a acusação de promover o tráfico de drogas na região ou de agir em associação ao narcotráfico. Parte dos homens detidos permaneceu por cerca de um mês no Centro de Detenção Provisória de Pinheiros IV, ao passo que as mulheres ficaram confinadas no Centro de Detenção Provisória Feminino de Franco da Rocha, cadeias que operam a partir das diretrizes do PCC. Dessa “prisão no atacado”, para usar os termos da sentença proferida pelo juiz, de todos os acusados, apenas uma mulher, que permaneceu cerca de sete meses no CDP Feminino, foi denunciada sendo, posteriormente – devido à inconsistência das provas produzidas e das versões díspares apresentadas pelos policiais civis durante a audiência – absolvida<sup>6</sup>. Ou seja, uma simples

---

<sup>5</sup> Como mostrou Karina Biondi (2011 e in Manso, 2009), a extinção do crack nos presídios paulistas não ocorreu repentinamente, mas foi fruto de um processo: em meados de 2004, proibiu-se a venda da droga por *irmãos* (membros batizados do PCC), que depois foram proibidos de consumi-la. Mais tarde, a população prisional também não podia vendê-la e quem quisesse teria que conseguir por conta própria; finalmente o consumo foi extinto no interior das cadeias do PCC. O fim tanto do uso quanto da venda de crack foi registrado em um manuscrito que circulou no interior das prisões e, junto com outras medidas (como diminuição no número de homicídios e das agressões entre presos, fim dos abusos sexuais, fim da venda de espaço na cela, fim da troca de favor com agentes penitenciários em benefício próprio em detrimento de outros, repúdio ao uso de palavrões), essa proscricão marcou um momento menos conflituoso nos recintos prisionais. Notícias recentes, entretanto, têm apontado para o retorno do crack nos presídios – o que indica reconfigurações em curso, que precisam ser melhor observadas, e sobre as quais estamos atentos. Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/03/1604387-apreensoes-de-crack-disparam-em-conexao-paraguaia-do-pcc.shtml>

<sup>6</sup> Ressaltamos que temos acesso ao conteúdo desse processo judicial e que ele está sendo minuciosamente analisado por nós para outras produções textuais ainda em elaboração. Agradecemos ao Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), sobretudo à Luísa Luz, por facilitar o acesso ao processo.

operação da Polícia Civil resultou na prisão provisória de 32 indivíduos de uma só vez. E parte desses indivíduos permaneceu encarcerada por aproximadamente um mês, logo depois sendo devolvida às ruas, ou melhor, à cracolândia.

Nessa direção, ponderamos a necessidade de conferir atenção especial à experiência prisional disseminada entre essa população. Como dispositivo indutor de fluxos e velocidades, nos interessa não somente a experiência prisional, mas também o que ocorre nesse entra e sai que, de tão repetitivo, ao invés de separar, faz exatamente o oposto: conecta, ainda com mais intensidade, o dentro e o fora das muralhas. Milhares de pessoas adentram prisões, unidades de internação da Fundação CASA e comunidades terapêuticas todos os meses e também todos os meses milhares de presos e reclusos são devolvidos às *quebradas* e às ruas. Pelo seu caráter de transitoriedade e fluidez, a nossa hipótese é de que esse movimento incessante e frenético, menos do que inserir homens e mulheres no “mundo do crime” (ainda que isso seja possível, haja vista que várias conexões podem ser feitas de dentro para fora), acaba por alastrar difusamente um repertório prisional e um modo específico de conduta moral que se torna visível em todos os espaços urbanos por onde esses sujeitos circulam. De modo que não é de estranhar a disseminação de toda uma gramática prisional pelo tecido social urbano.

Os trabalhos de Gabriel Feltran (2012), Fábio Mallart (2014) e Karina Biondi (2014) anotaram que a *sintonia* entre prisão e *quebradas*, evidenciada principalmente a partir de 2006 – como inclusive mostra a cena 3, conformou um momento em que não é exagerado aferir a ampla presença do PCC nos mais variados cantos da cidade, o que não significa argumentar em favor dos supostos tentáculos repressivos do *Partido*, que dominaria a tudo e a todos, na medida em que as práticas, os discursos e as prescrições do Primeiro Comando da Capital assumem configurações distintas em cada território, ainda que haja ressonâncias inegáveis. Se esta conexão já parece evidente, o novo foi perceber que, em ritmo semelhante, estão também os albergues, as unidades de internação da Fundação CASA, as tendas destinadas ao acolhimento de moradores de rua, as comunidades terapêuticas, e mesmo a região conhecida como cracolândia.

Funcionários do Complexo Prates (equipamento partilhado da assistência social e da saúde, que atende moradores em situação de rua e dependentes de álcool e drogas), nos anunciaram que os moradores em situação de rua passaram a gerir o espaço de acolhimento de modo semelhante à gestão feita pelo PCC nas prisões. Redutores de danos nos confiaram a dificuldade de ordenar o dia-dia nas tendas de acolhimento

de moradores de rua sem que isso passe pelo *proceder*. E, como mostramos na cena 2, *disciplinas*, que operam a partir dos preceitos do *Comando*, têm gerido estritamente hotéis na região da cracolândia, o que, por sua vez e para confirmar a impressão do funcionário, denota que não é à toa que aqueles que passaram pela prisão se adequam melhor, inclusive, aos serviços assistenciais. Ressalta-se ainda que os indivíduos que não estão nos hotéis do Programa De Braços Abertos, permanecendo no chamado *fluxo*, também são geridos por *disciplinas* ligados ao *Partido*, muitas vezes, em compasso com a gestão das forças da ordem, sobretudo da Guarda Civil Metropolitana.

Portanto, é através desse entra e sai incessante, desse fluxo que implode as fronteiras entre o dentro e o fora, e dessa modalidade de prisão “ping-pong” – rápida e veloz – que, argumentamos, encontra-se uma chave analítica potente para compreender a disseminação de toda uma gramática prisional pelo tecido urbano. É dessa perspectiva que a presença do PCC na cracolândia ou nos serviços de acolhida – locais em que, nos parece, não há membros do *Partido*, os chamados *irmãos* – deve ser elucidada<sup>7</sup>.

Se são os sujeitos infames os alvos principais da modalidade *prisão provisória*, se são eles que se constroem no entra e sai dos dispositivos de repressão e assistência, são eles também os que têm a potencialidade de conectar territórios antes não pensados como estando em *sintonia*. Como o ritmo é intenso, as conexões entre dispositivos de controle e de assistência ficam cada vez mais evidentes, sugerindo mesmo que a experiência prisional pode inclusive ser funcional aos dispositivos de assistência e cuidado: no limite, é por meio dessa gestão que eles ficam em “ordem”.

Desta percepção empírica, por demais provocadora, advém a nossa aposta, que orienta uma nova agenda de pesquisa: a de que uma etnografia das transversalidades urbanas é vigorosa tanto por permitir um ângulo privilegiado para captar os processos de gestão e circulação dos mais marginalizados das cidades quanto por possibilitar conexões inéditas entre crime, punição, repressão e controle; saúde, assistência, atenção e cuidado.

À guisa de conclusão, pontuamos que a produção de uma etnografia das transversalidades urbanas coloca uma série de desafios de ordem metodológica. Afinal, atravessar vários territórios, – que à princípio estariam desconectados – constitui uma das

---

<sup>7</sup> Essa gramática prisional não pode ser atribuída, única e exclusivamente, aos princípios e políticas do PCC, haja vista que o *Partido* também atualiza códigos, práticas e discursos há muito tempo presentes no universo do crime. Contudo, como têm demonstrado alguns autores, o *Comando* é, de longe, a facção criminosa mais disseminada nos presídios de São Paulo atualmente, alcançando cerca de 90% das unidades prisionais paulistas (Salla; Dias, 2011; Marques, 2009).

dificuldades a serem enfrentadas. Nesse sentido, indicamos a necessidade de adotar estratégias metodológicas que facilitem o mapeamento das transversalidades e que sejam, elas mesmas, também transversais, na medida em que nos guiam pelos caminhos tortuosos da cidade e pelos espaços ocupados pelos sujeitos infames.

Sendo assim, um procedimento que consideramos central é a reconstituição das trajetórias desses personagens infames, cujas “marcas indeléveis cravadas na carne” (Mallart, 2014), se moldam nos trânsitos incessantes entre o “mundão” e os dispositivos de controle. Reconstruídos os traçados de tais personagens, em seus múltiplos deslocamentos, ficam perceptíveis as várias ressonâncias entre distintos territórios urbanos<sup>8</sup>. Ainda que as trajetórias sejam potentes guias urbanos, que nos conduzem pelas sendas da cidade, observamos que é igualmente preciso lançar um olhar sobre os territórios que as próprias trajetórias vão enlaçando, com o objetivo de flagrar, produzir e complexificar cenários etnográficos mais amplos, que também comportam cheiros, cores, gestos, movimentos, corpos, enfim, outros personagens, práticas e discursos.

Finalizamos observando que, nos últimos tempos, temos circulado – igualmente de maneira incessante e frenética – pelos espaços pelos quais transitam velozmente os personagens infames que perseguimos. A isso chamamos de uma produção etnográfica transversal, cujos primeiros esforços e potenciais rendimentos apresentamos nesse texto.

---

<sup>8</sup> Tais apontamentos aproximam-nos da perspectiva delineada por Vera Telles. A autora, ao debruçar-se sobre as transformações de fundo que redesenharam a paisagem urbana da cidade de São Paulo nas últimas décadas, redefinindo a dinâmica societária, a ordem das relações sociais e os usos da cidade, opta por compreender tais mudanças tendo como base as trajetórias urbanas de indivíduos e suas famílias. Nas palavras de Telles (2006, p. 85), tais trajetórias “operam como prismas pelos quais o mundo urbano vai ganhando forma em suas diferentes modulações”.

## Referências Bibliográficas:

Bauman, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Biondi, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo, Ed. Terceiro Nome, 2010.

\_\_\_\_\_. Consumo de drogas na política do PCC, (14/03/2011). Disponível em: <http://coletivodar.org/2011/03/cartas-na-mesa-consumo-de-drogas-na-politica-do-pcc/>; último acesso realizado em 02/08/2011, às 14:52hs, 2011.

\_\_\_\_\_ in: Manso, Bruno Paes (entrevistador). “Um debate sobre o PCC: Entrevista com Camila Nunes Dias, Gabriel de Santis Feltran, Adalton Marques e Karina Biondi”. *R@U, Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v.1, n.2, 2009.

\_\_\_\_\_. *Etnografia no Movimento: Território, hierarquia e lei no PCC*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, UFSCAR, 2014.

Cunha, Manuela Ivone. *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos*. Lisboa: Fim de Século, 2002.

De Lucca, Daniel. “Nem dentro, nem fora do albergue: transformações e usos de um dispositivo da assistência”. In: Neiva Vieira da Cunha; Gabriel de Santis Feltran (Org.). *Sobre Periferias: novos conflitos no Brasil Contemporâneo*. 1ed. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2013.

Feltran, Gabriel. “Governo que produz crime, crime que produz governo”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, vol.6, 2012.

Foucault, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1990.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. *A vida dos homens infames*. In: \_\_\_\_\_. *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.203-222, 2003.

Garland, David. *A Cultura do Controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

Godoi, Rafael. *Ao redor e através das prisões: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, FFLCH – USP, 2010.

\_\_\_\_\_. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. Tese de Doutorado em Sociologia, FFLCH – USP, 2015.

ITTC - INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA; PASTORAL CARCERÁRIA. *Tecer justiça: presas e presos provisórios da cidade de São Paulo*. São Paulo: Open Society/Paulus, 2012.

Mallart, Fábio. *Cadeias Dominadas: a Fundação Casa, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos*. Editora Terceiro Nome-Fapesp, 2014.

Marques, Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. USP, dissertação de mestrado, 2009.

Salla, Fernando. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. In: *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo, ano 1, edição 1, pp. 72-90, 2007.

\_\_\_\_\_; Dias, Camila. Controle disciplinar e relações de poder nas prisões em São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 35, 2011, Caxambu. Anais. São Paulo: Anpocs, 2011. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/35\\_encontro\\_gt/GT38/FernandoSalla.pdf](http://www.anpocs.org.br/portal/35_encontro_gt/GT38/FernandoSalla.pdf). Acesso em: 24 mai. 2015.

Telles, Vera da Silva. Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica. In: *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCAR*. São Carlos, v.3, n.2, pp. 359-373, 2013.

\_\_\_\_\_. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Ed. Argumentum, 2010.

\_\_\_\_\_. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: TELLES, Vera da S. & CABANES, Robert (orgs). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas/IRD, pp. 69-116, 2006.